

TRAJETÓRIAS DO SUJEITO TRANS EM FORMAÇÃO : MAQUINARIA ESCOLAR, PATOLOGIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS.

Kueyla de Andrade Bitencourt
UESBⁱ

João Diógenes Ferreira dos Santos
UESBⁱⁱ

Resumo:

Discutir sexualidade e gênero no processo de formação escolar significa problematizar a construção da sociedade generificada e sexualizada que utiliza referenciais binários e heteronormativos e patologiza as sexualidades dissidentes, dentre elas, as sexualidades trans. O foco central desse trabalho é discutir, a partir de uma revisão bibliográfica, a trajetória educacional escolar e o processo de transformação de transexuais e travestis, ao levar em consideração que esse processo refere-se a construção identitária, ressignificações corporais e performáticas, patologização da experiência, bem como de enfrentamentos e resistências. Para tanto, foram utilizados estudos de autores como Guacira Lopes Louro, Berenice Bento, Judite Butler e Michael Foucault, a fim de questionar a escola como espaço de reprodução de valores sociais caducos, contudo com um potencial transformador, por ser lócus de socialização e aprendizado para as novas gerações. A partir da reflexão desses autores foi possível concluir que a escola trata-se de um empreendimento biopolítico de controle dos corpos em busca da produção de um tipo específico de subjetividade, e que está sendo convocada a repensar-se, a partir das demandas do público trans, não apenas como a perspectiva de tolerar as diferenças, mas de escancarar as relações de poder que as produzem. Mesmo que a transexualidade e a travestilidade ainda sejam consideradas aberrações e patologias no cotidiano das práticas escolares é possível pensar a potência desse espaço para propiciar experiências de enfrentamentos e resistências do corpo trans em sua existência ética, estética e política.

Palavras-chave: Educação. Resistências. Transexualidades.

1.Introdução

Falar sobre a população de transexuais e travestis, requer falar sobre a experiência de sujeitos que ousaram transpor as barreiras de gênero, que ousaram experimentar processos de subjetivação limítrofes, localizar-se na fronteira, estabelecer resistência. Requer ainda, falar sobre os limites das instituições sociais em defrontar-se com pessoas que transcendem os rígidos limites das normas e binarismo de gênero (masculino e feminino). Instituições que insistem em generalizar experiências que demonstram ser singulares, diversas, com nuances e especificidades.

Falar sobre a experiência da transexualidade vivenciada por transexuais e travestis no processo de formação escolar, por sua vez, demanda compreender o que significa a escola na vida desses sujeitos, compreender o que representa a escola para a nossa sociedade, compreender qual o papel dessa instituição no processo de formação da subjetividade das pessoas, o papel nas experiências de socialização, nas experiências de aquisição do conhecimento, na vivência com a diversidade, a partir do prenúncio desse espaço educacional como empreendimento biopolítico, que visa um domínio detalhado e uma produção de subjetividade específica.

A discussão de gênero e sexualidade no processo de formação escolar requer problematizar a construção da sociedade generificada e sexualizada, com a utilização de referenciais binários e heteronormativos¹, a construção da performatividade² de gênero, a patologização das sexualidades dissidentes, incluindo as sexualidades trans. A instituição escolar tem sido um lugar de reprodução de padrões machistas, sexistas, patriarcais, que reforçam os estigmas e contribuem para o aumento da intolerância e discriminação contra as pessoas LGBT, no entanto, torna-se locus privilegiado para compor novas formas de convívio com as diferenças, levando em consideração a potência desse espaço de socialização e aprendizado das novas gerações.

Durante a vivência da socialização escolar, alguns corpos trans experimentam suas primeiras transformações e, embora muitas vezes essas instituições não estejam preparadas para enfrentar esse desafio que é a ruptura com as normativas das identidades fixas de gênero, ou

¹ A heterossexualidade não se refere apenas a uma prática sexual ou direcionamento do desejo e sim como um regime de poder que desloca o feminino e o masculino para a esfera política e cria uma matriz de poder que é capaz de forjar corpos e sujeitos sexuados (SANTOS, 2010). A heteronormatividade, desse modo, seria para Da Veiga (2017) “o enquadramento de todas as relações em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo”.

² A ideia de performatividade aparece no primeiro capítulo do livro Problemas de Gênero, de Judith Butler, em que afirma que o gênero é performativo, quando constituinte da identidade que pretende ou simula ser. Para essa autora, todos os corpos são generificados, de modo que não existe um corpo natural preexistente a sua inscrição cultural, ou seja, “gênero é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido e que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser” (2003, p. 33) Compreende-se desse modo que o sujeito não está livre para escolher o gênero que ele vai encenar, mas está preso a roteiros predeterminados no interior desses quadro regulatórios. Portanto, não se trata de uma performance, pois está sugere a preexistência de um sujeito, enquanto a performatividade contesta a própria noção de sujeito, uma vez que a identidade é performativamente confeccionada pelas próprias expressões que parecem ser seus resultados.

seja, a ruptura com as representações hegemônicas das categorias masculino e feminino, as lembranças desses corpos em transformação durante a vivência escolar, trata-se de um momento crucial para a formação da identidade. Os processos de rememoração da experiência de transformação no espaço educacional escolar representam muitas vezes experimentações traumáticas e de silenciamento, bem como de possibilidades e enfrentamentos (LOURO, 2001). Desse modo, esse trabalho pretende reconstruir as trajetórias de transexuais e travestis no espaço escolar para compreender os processos de transformações corporais e identitários, sob a ótica das interdições e dos incitamentos desses percursos de memória.

Isto posto, esse trabalho objetiva tratar sobre as memórias das transformações corporais de transexuais e travestis em sua trajetória educacional escolar, ao levar em consideração que esse processo refere-se a construção de trajetórias identitárias, produção de subjetividades, reestruturações corporais, performatividades e inúmeras repercussões em âmbitos variados da vida desses sujeitos, desde o educacional, inserção no mercado de trabalho, relações interpessoais e familiares até outros desdobramentos do projeto de (trans)formação, bem como da tentativa de patologização de seus corpos e o anúncio da resistência como produção de outras formas de existir.

2. A transexualidade e a travestilidade nas práticas educacionais escolares

Tem crescido, atualmente, o interesse de muitos acadêmicos pelas temáticas que atravessam a transexualidade e a travestilidade, muito embora a área de saúde o explore mais enfaticamente há algum tempo, sobretudo pela especificidade dos sujeitos estudados, a educação apenas mais recentemente pauta essa discussão em seus campos de estudo e pesquisa, em decorrência dos processos de exclusão que esse segmento sofre ao longo de muitos anos no cotidiano das práticas escolares, ao terem seus direitos violados, bem como em decorrência das novas demandas trazidas pelas transexuais e travestis para a dinâmica educacional escolar.

A escola reproduz, de certo modo, a matriz cultural que torna inteligível determinada identidade de gênero e que regula a forma e o significado da sexualidade na busca incessante do alinhamento entre sexo, desejo e identidade de gênero. Desde a tenra infância, no bojo das

relações familiares, as mulheres³ transexuais enfrentam dificuldades em função da vigilância e punição a que são submetidas a fim de se adequarem a um comportamento e uma vivência da sexualidade tida como ideal e que corresponda a seu sexo anatômico, dificuldades essas que se estendem as vivências posteriores nos processos de socialização secundária. Essas dificuldades se redimensionam no ingresso na educação formal e a escola torna-se o “espaço de reprodução do Heteroterrorismo⁴” (BENTO, 2011, p. 554), denunciando sua incapacidade em lidar com a multiplicidade e as diferenças apresentadas por seus estudantes e reproduzindo práticas culturais hegemônicas de machismo e heteronormatividade.

Vale ressaltar que a caracterização do fenômeno da transexualidade passa a ocorrer a partir da década de 1950, quando médicos e psicanalistas passam a se debruçar sobre esse fenômeno, e ao criar diagnósticos e tratamentos específicos, o enquadra em categorias nosológicas, criam o “verdadeiro” transexual e acaba por patologizar a experiência da transexualidade. Os discursos teóricos e as práticas regulatórias criam nesse período o sujeito histórico transexual enquadrado, a partir de então, no Código Internacional de Doenças⁵. Para existir socialmente, esses sujeitos passam pelo crivo do saber médico que lhes confere a condição de doentes mentais, sujeitos patológicos.

No que se refere ao dispositivo da travestilidade, no Brasil, a construção dessa identidade coletiva partiu dos movimentos sociais e da história de luta de muitas travestis que trabalhavam com a prostituição e enfrentavam violência policial, mas ainda assim é possível notar a presença de discursos médicos e psis – psicológico e psiquiátrico – nessa composição, a fim de que esse fenômeno se torne inteligível socialmente. No imaginário brasileiro a travesti sempre esteve associada a ideia de vulnerabilidade e desregramento sexual e as primeiras articulações desse grupo aconteceram por intermédio de eventos financiados por instituições que trabalhavam com HIV-AIDS.

³ O foco desse estudo são as mulheres transexuais, por entendermos que apenas mais recentemente surgem as formações discursivas que nomeiam e instituem sobre o corpo do homem trans.

⁴ Berenice Bento se refere ao heteroterrorismo como reiterações das representações binárias de gênero que patologizam e marginalizam as identidades de gênero que escapam a essa normativa (2011).

⁵ A transexualidade passa a ser considerada como doença com sua inserção no Código Internacional de Doenças em 1980, contudo, desde os anos de 1960 as práticas regulatórias sobre os corpos de pessoas trans tornaram-se visíveis e foram colocadas em funcionamento.

Os escritos de Silva (1993) e Kulick (2008) são considerados os primeiros relatos etnográficos que problematizam o lugar da travesti no Brasil, em pesquisas situadas no Rio de Janeiro e em Salvador - Bahia, na tentativa de delimitar uma identidade de gênero a esse grupo, que em essência não corresponde a identidade transexual ou a homossexualidade, como costumava ser denominada essa experiência, alvo constante de equívocos. Para Perlongher, outro estudioso do tema, as travestis são sujeitos múltiplos, diversos e híbridos que ocupam inúmeros territórios e recorre ao nomadismo, não como desvio ou patologia, mas como ruptura e sutura (2008).

Embora não exista um consenso entre teóricos, nem mesmo dentro dos movimentos sociais, quanto as diferenças que comporiam a transexualidade ou a travestilidade, Leite Junior (2008) defende que a categoria de transexuais, até mesmo pelo respaldo do discurso biomédico que sustenta, tem um maior capital simbólico e permite, de certo modo, um maior trânsito social para as pessoas que se autorreferenciam como tal. Neste artigo busca-se entender as experiências de gênero no contexto brasileiro, levando em consideração essas diferenciações e delimitações e, para tanto, utilizamos a noção de corpo trans ao defender a ideia de que se trata de um espectro que assume, em diferentes lugares e temporalidades, diferentes matizes.

3. A maquinaria escolar e a produção de corpos

Cabe aqui uma discussão mais detida sobre o espaço escolar e as contradições que ele encerra, justamente por estar inserido na sociedade e em grande parte das vezes respaldar um tipo específico de sexualidade, bem como o binarismo de gênero.

Embora o discurso da autonomia sempre estivesse presente como um apanágio do projeto de educação escolar, deve-se considerar que, mesmo que a autonomia das docentes esteja minimamente garantida em sala de aula, o posicionamento de cada profissional encerra crenças, valores, aspectos culturais que são agregados a seus saberes no cotidiano da sala de aula, por conseguinte, é comum encontrar posicionamentos que reforçam o machismo e a heteronormia, pois as professoras, no geral, simplesmente reproduzem os valores e referências que receberam, sendo que a maioria passou por processos formativos conservadores e religiosos (ARAÚJO, 2014). Quando se trata da formação continuada, durante a prática docente, é consenso de que não existe um sujeito completamente capacitado para enfrentar questões referentes às temáticas de sexualidade e de gênero, uma vez que sofrem mudanças

constantes, o desafio seria, portanto, que esse processo instaurasse mecanismos de problematizações incessantes sobre as práticas pedagógicas, assim como das diversas relações cotidianas.

Vários tipos de opressão são invisibilizados no contexto escolar, dado que muitos estão revestidos com o discurso de neutralidade, o que impede que muitos sujeitos expressem sua subjetividade e vivam sua sexualidade de forma criativa, pois devem enfrentar os padrões de reprodução social do sexismo, heteronormatividades e binarismos impostos. A suposta neutralidade no ambiente escolar trata-se, na verdade, de uma heterossexualidade compulsória disfarçada (MISCOLCI, 2005).

A sexualidade hegemônica e normativa é prescrita como única, em grande parte dos espaços educacionais e reitera a rejeição de práticas dissidentes com jovens que estão vivendo de modo intenso a sexualidade nos espaços de socialização. As experiências sexuais consideradas dissidentes são silenciadas, não são discutidas e, por esse motivo, contribuem para o aumento do preconceito direcionado sobretudo a homossexuais e transexuais.

Ao considerar a escola como espaço biopolítico⁶, Foucault (2004) reitera a ambição dessa instituição de controlar e produzir corpos, como corpos dóceis e úteis, constituindo-se como uma instituição disciplinar, de modo que seus discursos e práticas são construídos diante da relação de saber-poder para a criação desses corpos. O saber-poder, para Foucault (2001), trata do discurso do “eu”, ou seja, discursos construídos por outras pessoas ou por discursos oficiais, que são apossados pelas pessoas que passam a entendê-los como verdade. Dessa forma, as pessoas creem serem realizadoras de projetos autônomos, mas não o são e nisso constitui as técnicas de governamentalidade que, quando aplicadas em si mesmo, recebe o nome de tecnologias do eu.

Na instituição escolar, essas técnicas de governamentalidade visam a produção de controle das subjetividades dos estudantes e, ainda de acordo com Foucault (2001), no interior das instituições os sujeitos passam por confinamentos, práticas disciplinares, tecnologias do eu e técnicas de autodisciplinamento, todos esses recursos para que eles controlem a si e

⁶ Conceito discutido por Michael Foucault na obra “O nascimento da biopolítica”, um curso dado no Collège de France em 1878-1979.

mantenham também os outros sob controle. Desse modo, tem-se a sexualidade sendo constantemente controlada dentro dos espaços escolares.

Para César (2009), a escola serve como espaço de controle e produção da potência dos corpos e conceitua como Pedagogia do Controle as técnicas de poder que incidem sobre a sexualidade e os corpos com o intuito de produzir um domínio minucioso que desemboque em subjetividades específicas que normatizem o sexo-corpo-gênero de modo linear, como preterido pelos princípios regulatórios da sociedade contemporânea.

A escola, bem como os profissionais que atuam nela, deve ter claro que pode servir tanto para conservar valores anacrônicos, como para emancipar e causar fissuras nos modelos impostos. Para alguns/mas autores/as que discutem esse tema (LOURO, 1997; ARAÚJO, 2014), por ser um lugar de formação de sujeitos, a escola reitera as normativas hegemônicas, tanto quanto possibilita novas organizações sociais e destrói velhos padrões. Acontece que ela não se encontra isolada nessa tarefa, os movimentos sociais têm avançado com pautas direcionadas a vários segmentos da população LGBT; valoriza-se mais, sobretudo na mídia, as expressões artísticas de pessoas reconhecidamente dissidentes; existe uma discussão mais contundente e frequente de questões como uso do nome social, acesso aos banheiros, criminalização da discriminação direcionada a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis; casamento civil entre pessoas homossexuais; direitos reprodutivos de pessoas trans; adoção de filhos por casais homossexuais, enfim, são questões que nos trazem a possibilidade de interpelar a lógica cisheteronormativa⁷. É inegável que existem muitos avanços tratando-se de políticas públicas para a garantia de direitos da população LGBT no Brasil, com destaque ao pioneirismo do Programa Brasil sem Homofobia, que objetiva combater a violência e promover a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, focando a igualdade no acesso a educação, dentre outras inserções.

No que se refere as políticas públicas de educação direcionadas ao público Trans, sabe-se que ainda precisam avançar muito, uma vez que muitos jovens resolvem passar pelo processo de transição ainda no período escolar e concomitante a isso, é notório a inabilidade de muitas

⁷ Para Amaral e Souza (2017) a cisheteronormatividade refere-se a uma ordem regulatória, uma normativa para que os sujeitos se alinhem com o sexo/gênero que lhe foi designado socialmente desde o nascimento e que não o conteste. Apresentando-se como caminho natural, essa normativa controla os modos de vida.

escolas, docentes, gestores em lidarem com questões relativas à (trans)sexualidade no cotidiano das práticas educativas. Não se tem dados oficiais sobre a evasão de transexuais e travestis na escola, mas estima-se que a evasão seja grande e que isso contribui sobremaneira para a posterior inserção dessas pessoas no mercado informal de trabalho. Vários são os estudos (LOURO, 2001; SANTOS, 2010; REIDEL, 2013) que demonstram problemas comuns na batalha cotidiana de pessoas trans na escola, que frequentemente sofrem com questões como o uso do nome social, o uso do banheiro, os binarismo exigidos em algumas atividades, sobretudo nas aulas de educação física e muitas optam pelo ensino a distância para não conviver cotidianamente com a discriminação que as/os assolam.

4. Patologização e resistência - o corpo trans como lócus de (in)subordinação

Pode-se questionar os ordenamentos heteronormativos que instrumentalizam os processos de exclusão (BUTLER, 2000), como os que acometem as travestis e transexuais. Por tratar-se de uma experiência complexa, esses sujeitos geralmente desconcertam à eficiente política de governo dos corpos e das subjetividades preterida por essa maquinaria (LOURO, 2004).

Muito embora as travestis e transexuais estejam mais inteligíveis⁸ atualmente, elas ainda estão pleiteando seu lugar na escola, o que por muito tempo lhes foi negado e, de certo modo, estimula a instituição a repensar-se, sobretudo em escolas interioranas de ensino fundamental, em que a discriminação e o preconceito aparecem com mais vigor. A escola é convidada a pensar sobre suas práticas pedagógicas, o currículo, as relações de socialização, seus métodos, as relações de poder e, com mais ênfase, sobre os dispositivos da sexualidade que despontam da vivência escolar que aglomera parcela significativa da juventude, sendo que poucas pesquisas educacionais, nas últimas décadas, se referem especificamente as polimórficas práticas sexuais da juventude (TEIXEIRA, 2012).

O corpo trans exige, em alguma medida, perspectivas de reconfiguração em torno de modulações até então impensadas, sob o risco de se obter ainda mais exclusões (CESAR,

⁸ A inteligibilidade de gênero, para Butler (2003), trata-se de relações de coerência e continuidade, através de leis que buscam relações causais entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a expressão de ambos nos desejos sexuais, através das práticas sexuais. Certas identidades de gênero servem para criticar os limites da matriz dessa inteligibilidade, disseminando matrizes rivais e subversivas de ordem de gênero, outras, no entanto, reforçam essa matriz.

2009). Sendo que, nos dias atuais, os processos formativos requerem posicionamentos inéditos e, sobretudo a escola, que transformou-se em um *locus* de informação, mais também de socialização e inclusão, é também capaz de conter jogos de poder que contribuem para dizimar as diferenças em torno da idealização de uma igualdade moralizante, em outros termos, de uma Pedagogia da Tolerância que pode acirrar os casos de violência e exclusão.

Consoante a essa ideia, Cavalcante e Silva (2014) afirmam que “a tolerância não dá conta do objetivo proposto para a emancipação” (p. 50), pois tende a tirar o foco do objetivo principal de manutenção valorativa da cultura heteronormativa hegemônica e, ratificando essa ideia, afirma Dinis (2008), que esse olhar naturaliza alguns processos que só estendem um pouco mais os limites da tolerância, a fim de incluir apenas os mais comportados, que se assemelham de algum modo ao padrão, e marginalizar de modo mais incisivo os que teimam em desafiar e transpor as fronteiras do binarismo de gênero. De igual modo, Louro (2001) afirma a diferença como uma característica intrínseca aos processos educacionais e não como algo externo, “em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam” (p. 550).

O segmento de travestis e transexuais possuem seu direito básico à educação negado, muitas vezes em função de posturas preconceituosas e discriminatórias que desembocam em práticas de exclusão escolar, o que reverbera no baixo nível de escolaridade de muitas delas e consequente inserção no mercado informal de trabalho, quando não no desemprego e a dificuldade de ingressar no ensino superior. Desse modo, a partir de modelos culturais e estruturais machistas, sexistas e heteronormativos predominantes na sociedade brasileira, a instituição escolar encerra memórias de dor e sofrimento, ao tempo em que paradoxalmente configura-se também como espaço de resistências e negociações.

Assim, o espaço educacional é inegavelmente um lugar político e de resistência, podendo auxiliar no descentramento de saberes dominantes e vincular-se às multiplicidades dos saberes minoritários e inscritos localmente; investir na performatividade e na diferença e, consoante Judite Butler (2000), delatar quantas artificialidades estão contidas nas construções de corpo, gênero, desejo e sexo. Para William Peres (2012), é inadiável a repolitização do campo sexual, é urgente a criação de um modo de pensar que possibilite rupturas aos modos

hegemônicos e, desse modo, a anormalidade deve resistir a esse biopoder e propor multiplicidades, atravessamentos, e a potência do anormal.

Cabe aqui problematizar uma das posturas discriminatórias no contexto social contemporâneo direcionada ao público Trans, a patologização, que reflete também no acesso que essa população tem a diversas instituições, dentre elas as educacionais. Com o objetivo de delimitar a múltipla experiência da transexualidade, o Conselho Federal de Medicina – CFM –assevera ser a transexualidade um antagonismo entre gênero e sexo, e sugere uma linearidade entre identidade sexual, desejo, gênero e sexo (VENTURA E SCHRAMM, 2009), de modo que desconsidera o espectro da transexualidade como construções históricas e discursivas. Ainda prepondera no contexto brasileiro, influenciada pela lógica psiquiátrica normativa, a concepção patologizante da experiência trans, respaldados por saberes biomédicos, jurídicos e psis que forjam o verdadeiro transexual, aproximando-os dos modelos masculinos e femininos, ao tempo em que questionam e desautorizam as pessoas que vivem essa experiência.

Respaldados por saberes científicos que insistem em delimitar essas vivências, a partir do estabelecimento de regimes de verdade sobre essa população, com vistas a um manejo possível dessa experiência sexual, é que se fabrica a patologização da identidade trans. Não obstante inúmeras críticas acadêmicas e iniciativas de movimentos sociais mundiais⁹ perseguindo a despatologização das identidades trans, em nossa país prepondera a interpretação patologizada dessas vivências (TEIXEIRA *et al*, 2015).

A partir disso, pode-se considerar a recusa à normalização dos gêneros como uma alternativa ao biopoder, em que a potência de criação apresenta-se, sobretudo, na multiplicidade performativa que utiliza das atribuições de anormalidade concernentes a esses corpos e funciona como uma afirmação política que assegura fissuras na inquestionabilidade dos gêneros. O poder desse conhecimento tecno-instrumental sobre os corpos trans ocorre por

⁹ As discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero no contexto brasileiro, bem como a implementação de políticas públicas para o público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis sofreram, internamente, forte pressão dos movimentos sociais e tiveram grande influência de Conferências e Tratados Internacionais.

intermédio de diversas instâncias; produção esta, atrelada a um modo de organização dos sujeitos, que não parte impreterivelmente de profissionais ou instituições de saúde. Em vista disso, cogita-se a hipótese repressiva, postulada na História da Sexualidade (1988) por Michel Foucault, que se refere ao sexo moralizado de acordo com o regime heteronormativo, bem como a *incitação ao sexo* responsável, de acordo com o autor, por reproduzir discursos médico e jurídico sobre as sexualidades e os gêneros dissidentes, a exemplo da homossexualidade e do sadomasoquismo e, acrescenta-se aqui, a transexualidade. Isso serve para que um público diferenciado passe a utilizar-se de um espaço arquitetado para o oferecimento de serviços com finalidades que não obrigatoriamente são as que elas/es procuram (TEIXEIRA, 2001), já que muitas travestis e transexuais, por exemplo, afirmam necessitar, em algumas ocasiões, muito mais de ampolas de hormônio do que de médicas/os e psicólogas/os.

Tratar-se-ia, em verdade, de um modo da ciência autorizar a existência desses corpos, tendo-os por perto, para saber sobre seu modo de funcionamento e melhor controlá-los (FOUCAULT, 2004;1988). Para Veiga-Neto os saberes psis, e aqui podemos ampliar para outros saberes científicos, tentam definir critérios e normas para se operar com esses sujeitos, sendo que, “eles são criados socialmente, inventados por meio de intrincados processos discursivos que estabelecem os regimes de verdade sobre uma população” (2005, p. 72), nesse caso, o corpo trans.

Ao se reportar a pessoa trans, tem-se como primeira referência a ideia de que se trata de pessoas com corpos que obrigatoriamente se submeteram a cirurgias e/ou demais processos de remodelagem corporal, com o intuito de alcançar um alinhamento à concepção normativa e binária de gênero e uma inteligibilidade identitária, a fim de que isso possibilite experiências masculinas ou femininas no âmbito social e subjetivo (TEIXEIRA *et al*, 2015). Ocorre que as construções de gênero e de processos de identificação são mais complexos que as intervenções tecnosemiológicas investidas de saberes biomédicos e psis, referem-se, então, a multiplicidades éticas e estéticas que possibilitam o aparecimento de novas e distintas expressões existenciais. Nesse sentido, faz-se necessário impulsionar politicamente as estruturas que impedem as dissidências sexuais e reafirmar posturas de enfrentamentos e

resistências políticas do corpo, a fim de promover fissuras nos gêneros binários, tidos muitas vezes como inquestionáveis.

Não se trata de desviar-se da esfera do poder e sim criar a possibilidade do exercício de um contra-poder, pautado nas brechas do regime de verdade, ou seja, elaborar uma crítica cultural que escancare os não-ditos na construção das relações de poder referentes à sexualidade e ao gênero. Uma possibilidade de potência criativa frente à heterossexualidade é a articulação política das chamadas minorias sociais, uma vez que, ao intervir nos dispositivos de poder, contrapõem-se a perspectiva hegemônica, produzem subjetividades distintas, dão ênfase a experiência social da abjeção e produzem posturas de enfrentamento que atuam como uma política de transformação social. Essa política, portanto, configura-se como uma possibilidade de criação de espaços de liberdade dentro das modulações subjetivas, espaços que resistem ao biopoder dos dispositivos de sexualidade, ou seja, cria espaços “a partir de uma ética não normativa que se baseia em experiências subjetivas marcadas pela abjeção” (MISKOLCI, 2011, p. 54).

Constata-se, por conseguinte, discursos que atravessam o corpo trans numa dinâmica de saber, poder e prazer sob o regime heteronormativo compulsório, que apontam para uma subjetividade despotencializada, esquadrihada e sem autonomia. A estética trans, por sua vez, como exercício da liberdade, torna o corpo uma arte transgressiva aos olhos conformistas da norma vigente, uma vez que possui a potência de romper com as certezas do binarismo fundante da sociedade heteronormativa (CHAVES, 2015).

Isto posto, tem-se, desse modo, o corpo como lócus de opressão, como também de resistência, que em busca de sua ressignificação, insubordina-se às práticas de reprodução da identidade sexual, mesmo com o imperativo da domesticação do devir-corpo, em busca de uma memória identitária que persegue a matriz sexual hegemônica e atua compulsoriamente a fim de tornar os corpos inteligíveis. Assim, se o estranhamento que os corpos trans causam nos dispositivos regulatórios é utilizado como justificativa para que eles sejam normalizados, é a partir disso que pode-se afirmar a abjeção dessa experiência e tornar possível a construção de outras políticas sexuais e a articulação de novas culturas dissidentes da cultura cisheteronormativa.

Referências

- AMARAL, Mac Cleide de Jesus Braga e SOUZA, Marcos Lopes de (2017). **A sinergia de uma proposta colaborativa sobre os corpos, gêneros e sexualidades em uma escola do ensino fundamental: fatores potencializadores.** Revista Intermeio, v. 23, n. 46, p. 107-131, jul./dez. 2017.
- ARAÚJO, Denise Bastos de. **Outras falas sobre gênero e sexualidade na escola.** Revista Periódicus, v 1, n.2, p. 19-27, 2014.
- BENTO, Berenice. **Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v 19, n. 2, p. 549-559, agosto, 2011.
- BUTLER, Judite. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”.** In: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALCANTE, Francisco Brenno Soares; SILVA, Maria Madalena da. **Educar para a emancipação humana: o papel atual da escola e a busca por políticas LGBT1 no ambiente escolar.** Revista Periódicus, v. 1, n. 2, p. 44-55, 2014.
- CÉSAR, M. R de A. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”.** In: **Educar em revista.** Curitiba, Editora UFPR, n. 35, p.37-5, set./dez,2009.
- CHAVES, Silvane Lopes. **Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação.** 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1.482** de 10 de setembro de 1997. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo.
- DA VEIGA, Luís Fernando. **Armário de vidro e as chaves perdidas : sobre políticas públicas e direitos sexuais da população LGBT.** Jornada de Pesquisa em Psicologia, 2017.
- DINIS, N.F. **Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual.** Educação e Sociedade. Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.
- FOUCAUL, Michael. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro : Edições Graal, 1988.
- _____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro : Edições Graal, 2001.
- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis : Editora Vozes, 2004.
- KULICK, Don. **Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** Riode Janeiro : Editora Fiocruz, 2008.

LEITE JÚNIOR., J. **Nossos corpos também mudam** – sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2008.

LOURO, G. L.. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997

_____. **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte : Autentica, 2001.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. Um corpo estranho na sala de aula In: ABRAMOWICZ, Anete e SILVÉRIO, Valter Roberto. (Editores) **Afirmando Diferenças**. Campinas, Papyrus, 2005.

_____. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In.: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (orgs.).

Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, pp. 47-68.

PERES, Willian Siqueira. **Travestilidades Nômades**: a explosão dos binarismos e a emergência queering. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, P. 539-547, maio/agosto de 2012.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

REIDEL, M.A **Pedagogia do salto alto** : histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. Dissertação (mestrado), UFRGS, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, D. **Cartografias da Transexualidade** : a experiência escolar e outras tramas. Dissertação (mestrado), UFPR, Curitiba, 2010.

SILVA, Hélio. **Travesti – a invenção do feminino**. Rio de Janeiro : Relume/Dumará – ISER, 1993.

SILVA, T.T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, MG : Autêntica, 2010.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. **Agenciamento tecnosemiológico e produção de subjetividade: contribuição para o debate sobre a trans-formação do sujeito na saúde**. Ciência e saúde coletiva, vol.6, no.1, Rio de Janeiro, 2001.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Histórias que não têm era uma vez**: as (in)certezas da transexualidade. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

TEIXEIRA, Adriana Melo; MORAIS, Francisco José da Silva Nóbrega; TEIXEIRA, Marileide Pereira Martins. **Transexualidade e travestilidade na Saúde**. In: BRASIL. Transexualidade e Travestilidade na Saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Quando a Inclusão pode ser uma forma de exclusão**. In: MACHADO, A. M. *et al* (Org.) Psicologia e Direitos Humanos : Educação Inclusiva, Direitos Humanos na escola. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2005.

VENTURA, Miriam; SCHRAMM, Fermin Roland. **Limites e possibilidades do exercício da autonomia nas práticas terapêuticas de modificação corporal e alteração da identidade sexual.** Physis, 2009, vol. 19, n. 1, p. 65-93.

SOBRE AUTORES(AS)

ⁱ Kueyla de Andrade Bitencourt – doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade; docente da Universidade Federal da Bahia, campus Anísio Teixeira. E-mail – kueyla@yahoo.com.br

ⁱⁱ João Diógenes Ferreira dos Santos. Doutor. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade. E-mail – jdiogenes@gmail.com